

Ditadura, sindicato e igreja: embates em torno do STR¹ de Igarapé-Miri/PA, estratégias de dominação e combate pelos “pobres”² (1968-1988)

Dictatorship, union, and church: clashes over the str of Igarapé-Miri/PA, strategies of domination and resistance by the "poor" (1968-1988)

Heraldo Galvão Junior*

Nattan de Castro Nahum**

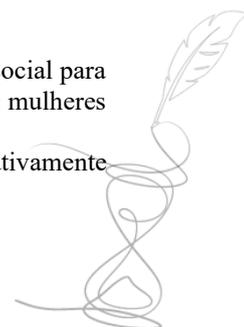
* Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (onde também atua como Vice-Diretor da Faculdade de História (FHT)), do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) do Instituto de Estudos do Trópico Úmido e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) do Instituto de Ciências Humanas da UNIESSPA.

** Mestrando em História pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Graduado em História pela Universidade Federal do Pará (2018) e cursou Especialização em Ensino de História pela UNIFAVENI. Tem experiência na área de História dos Movimentos Sociais na Amazônia e História das religiões de Matriz Africana na Amazônia, com ênfase em História Social da Amazônia.

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a construção de entidades que serviram como instrumentos do regime ditatorial brasileiro, especialmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), e a construção da resistência contra a ditadura militar na Amazônia Tocantina, ressignificando o papel e ação destas instituições no contexto de luta contra a ditadura na Amazônia Tocantina. Como orientação teórica, utilizaremos a História Social Thompsoniana com a qual compreendemos o processo histórico de disputa dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri e suas atuações na seara sindical e política da região. Para tal, serão levados em consideração as movimentações de setores comprometidos com a Teologia da Libertação e as disputas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Igarapé-Miri a partir de revisão bibliográfica acerca da ditadura na Amazônia, da análise da construção das entidades sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a partir da

¹ Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nomenclatura antiga. Atualmente, a entidade alterou a sua razão social para Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), para evidenciar a presença e atuação das mulheres trabalhadoras rurais.

² Referência à opção pelos pobres realizada pela Conferência de Medellín em 1968, que mudara significativamente a postura da Igreja Católica na América Latina (DA SILVA MOREIRA, 2012).



leitura crítica de textos memorialísticos e crítica das fontes documentais do Acervo da Diocese de Cametá.

Palavras-chave: Ditadura militar; Igarapé-Miri; Amazônia Tocantina; Teologia da Libertação; Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Abstract: This article aims to understand the construction of entities that served as instruments of the Brazilian dictatorial regime, especially the Rural Workers' Union (STR), and the construction of resistance against the military dictatorship in the Tocantina Amazon, resignifying the role and action of these institutions in the context of the struggle against the dictatorship in the Tocantina Amazon. As a theoretical orientation, we will use Thompsonian Social History, through which we understand the historical process of dispute among rural workers in Igarapé-Miri and their actions in the region's union and political spheres. To this end, the movements of sectors committed to Liberation Theology and the disputes for the Rural Workers' Union (STR) of the municipality of Igarapé-Miri will be considered, based on a bibliographic review on the dictatorship in the Amazon, the analysis of the construction of union entities of rural workers from the critical reading of memorialistic texts and critical analysis of documentary sources from the Cametá Diocese Archive.

Keywords: Military dictatorship; Igarapé-Miri; Tocantina Amazon; Liberation Theology; Rural workers union.

INTRODUÇÃO

“VAMOS ACABAR COM ESTA MERDA, BANDO DE COMUNAS FILHOS DA PUTA”³

Esta epígrafe foi retirada de um dos episódios de tensionamento entre setores progressistas e da direita golpista paraense nas vésperas do golpe civil-militar-empresarial que atingiria contundentemente o Brasil em março de 1964. É perceptível o anticomunismo nervoso, direcionados aos estudantes paraenses, reunidos na capital paraense por ocasião de uma reunião promovida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Internacional dos Estudantes (UIE). No entanto, este excerto pode indicar também a tensão presenciada em Belém em torno da conjuntura política conflitante das movimentações golpistas e das resistências à ditadura na Amazônia, ambiência pouco explorada pela historiografia.

Este artigo tem como objetivo caracterizar o período que antecede o golpe, assim como pensar historicamente o papel dos sujeitos envolvidos nestas tramas, além de compreender a construção de entidades que servirão como instrumentos da ditadura e a construção da resistência contra a ditadura militar na Amazônia em geral, mas, estudando o caso do município de Igarapé-Miri. Para tal, é imprescindível a observação das movimentações de setores comprometidos com a Teologia da Libertação e as disputas entre estes setores e outros grupos

³ Excerto extraído de GALVÃO, 2004, p. 21 *apud* PETIT, 2014, p. 190.

que estavam na situação e controle da entidade, pela perspectiva sindical e ação política do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Igarapé-Miri.

Para este intento, este texto parte de revisão bibliográfica acerca da ditadura na Amazônia para então observar e localizar historicamente a construção do sindicalismo rural no Pará. A construção das entidades sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais são observadas a partir da leitura crítica de dois textos memorialísticos de duas figuras importantes para a composição destas entidades: Eládio e Alberone Lobato. Estes dois personagens são centrais na difusão do sindicalismo rural no estado do Pará, buscando enquadrar a prática sindical à rédea curta da ditadura, servindo, portanto, ao controle deste importante segmento do trabalho no interior da Amazônia.

Aliado a leitura bibliográfica, este texto insere na discussão novas fontes documentais que contribuirão para uma mais ampla compreensão do contexto histórico e dos embates internos do sindicalismo rural na Amazônia. Neste sentido, apresentamos fontes documentais do Acervo da Diocese de Cametá: relatórios, jornais, cartas, orientações aos agentes pastorais, atas de reuniões etc. Além destas fontes, utilizamos entrevistas realizadas com personagens ligados ao chamado movimento de oposição sindical de Igarapé-Miri, vinculados à Igreja Católica e suas entidades de base. Este conjunto documental fornece novas possibilidades interpretativas acerca das movimentações da oposição sindical, na disputa com setores de sustentação da ditadura, além de inserir tensões e disputas no seio da Igreja Católica, promovendo rupturas e estratégias entre grupos divergentes, como é o caso da “importação” de uma nova forma de ser cristão com a chegada da Igreja Católica Brasileira, patrocinada por segmentos insatisfeitos com o trabalho pastoral da Igreja Católica na Amazônia Tocantina, comprometidos com as discussões da Teologia da Libertação.

Por fim, como objetivo final, o texto fornece uma discussão utilizando como principal orientação teórica a História Social a partir dos estudos de Thompson (1998) acerca do processo histórico de disputa dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri. Esta lente nos permite observar os embates como resultados de uma nova postura política em relação ao sindicato a partir da observação material da vida em um contexto de severa crise econômica local, fornecendo uma ruptura com normas sociais, papéis de classe e acordos de trabalho baseado em elementos costumeiros, o que gerou uma ação de transgressão legitimada pela ausência do compromisso entre os setores economicamente dominante (e politicamente comprometidos com a ditadura) e os trabalhadores e trabalhadoras empenhados (as) na atividade produtiva da aguardente, principal produção da região baixo-tocantina.

Personagens e movimentações em torno do Golpe de 64 no Pará

É bastante consolidado na historiografia – à revelia dos proto-históricos projetos de revisionismo difundidos corriqueiramente – o processo histórico que produziu as diversas movimentações que resultaram no golpe militar de março de 1964. Nestes trabalhos⁴, é evidente que houve a organização de interesses das elites políticas, econômicas e midiáticas dominantes em torno da contenção do avanço político de bandeiras históricas flamuladas por setores políticos nacionalistas vinculado aos setores populares da sociedade brasileira, como camponeses e trabalhadores/as urbanos, sintetizadas pelo titubeante João Goulart e suas reformas de base (FERREIRA, 2003, P. 351).

Muito embora tenhamos algum material acerca da ação da ditadura na Amazônia, as articulações golpistas, tentativas de resistência de primeira hora e os sujeitos envolvidos nestas tramas ainda são poucos, apenas comparando com a historiográfica do eixo sul-sudeste. Especialmente comentando sobre esta ausência no Estado do Pará, Edilza Fontes (2014) argumenta que a historiografia paraense ainda não consolidara uma análise mais consensual acerca das movimentações golpistas de março de 1964. No entanto, existem indícios e rastros discutidos por autores acerca destas movimentações, que traremos à baila, além de observar mobilizações de sujeitos importantes para este texto, localizados em seu campo de atuação política, na Amazônia Tocantina⁵.

No Pará, as movimentações golpistas tinham personagens de diversos setores da sociedade civil e, logicamente, dos militares. Na sociedade civil, os porta-vozes do golpismo e do “perigo vermelho” tinham nas páginas da imprensa de grande circulação como o *Jornal A Província do Pará*, *O Liberal* e *Folha do Norte*. No delírio anticomunista e com o medo do espectro que rondava a Amazônia, artigos inflamados nos primeiros meses de 1964 enunciavam a potencial injúria da Amazônia vermelha provocada pelo “iconoclasta” João Goulart e suas “hostes revolucionárias”. “Perigo Vermelho”, “Cubanização”, “Avanço Comunista” eram alguns dos verbetes utilizados para descrever as ações do então presidente da república (FONTES, 2014, P. 341-342).

4 Sobre o temas, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015; NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2015; FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. Civilização Brasileira, 2003.

⁵ A Amazônia Tocantina é a atual mesorregião do Nordeste Paraense, na microrregião de Cametá, banhadas pelos rios Pará, Mojú e Tocantins. Fazem parte os municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Oeiras do Pará e Baião.

Na caserna, o militar acreano Jarbas Passarinho seria a principal figura do golpismo. Passarinho, promovido à tenente-coronel em 1963, e o major Antônio José Ramos, membros do Estado-Maior do Exército em Belém, preparavam-se para um eminente conflito de grandes proporções: “estavam se preparando para o confronto, que, segundo eles, “parecia inevitável” com os ‘comunistas e simpatizantes”” (PETIT, 2014, P. 186). A genealogia golpista em terras paraenses pode ser encontrada a partir de 1954 na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (op. Cit. o. 188), onde formaram-se Passarinho e o Major Ramos, no antro do golpismo antidemocrático brasileiro.

Em 30 de março de 1964, devido ao I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES), promovido pela UNE e União Internacional dos Estudantes (UIE), encontravam-se em Belém estudantes de diversos países da Latinoamérica, paraenses e de outros estados que foram acoçados por um grupo de estudantes e policiais militares patrocinados por Jarbas Passarinho. Aos berros e com toda sorte de xingamentos, o grupo golpista, que tinham lenços brancos amarrados no pescoço, adentrara no pavilhão de Odontologia da Universidade Federal do Pará, interrompendo a fala do representante da Nicarágua com a frase que figura neste artigo como epígrafe (PETIT, 2014, P. 189). Este fato pode ser considerado como a primeira manifestação pública do golpismo no Pará, mas não se encerra aqui.

O então Governador do Estado, Aurélio do Carmo, e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, membros do Partido Social Democrático (PSD), estavam em Brasília por ocasião da Convenção Nacional da legenda nos acontecimentos que seguiram a madrugada do dia 31 de março de 1964. O governador relutou em apoiar publicamente as tramoias golpistas e considerava que as reformas de base de Goulart eram importantes. Na caserna, as coisas ainda estavam desordenadas. O chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), Orlando Ramagem, mantinha-se cauteloso e aguardava orientações do Estado Maior das Forças, enquanto Passarinho sugeria fortemente o sítio à Belém e a prisão dos “subversivos” organizados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Apenas no dia 1º de abril, a cadeia de comando resolveu agir. Ramagem e a alta cúpula do CMA aderiram ao golpe, sendo seguidos por militares do II Exército. Aurélio do Carmo e outras lideranças políticas do PSD haviam apoiado o golpe com a adesão da cúpula nacional de sua legenda, assinando posteriormente junto de outros golpistas o *Manifesto ao Povo do Pará* (OP. CIT. 191-192).

Na trilha dos golpistas paraenses, as organizações conduzidas pelas esquerdas, como a UNE, CGT, Partido Comunista Brasileiro, União Acadêmica Paraense, Ação Popular e

organizações sindicais, anunciavam ações com a perspectiva de se posicionar contrariamente ao golpe anunciado. Os estivadores foram dispersados com truculência pela polícia no mesmo dia 1º de abril (OP. CIT. P. 193-194). O clima era de bastante tensão na capital paraense. O ápice fora a invasão da sede da União Acadêmica Paraense por militares na noite do dia 1º de abril, sendo a sede verdadeiramente sacudida e dezenas de estudantes presos, especialmente os ligados às atividades de agitação e propaganda das reformas de base de Jango. Mesmo os vacilantes políticos do PSD, que apoiaram o golpe e assinaram o *Manifesto*, foram levados ao cárcere momentos depois, junto de sindicalistas, deputados como Benedicto Monteiro, membros da Igreja Católica etc. (FONTES, 2014, P. 350-351).

A ação dos golpistas, ao que parece, era articulada não tão somente na capital paraense, mas também nos municípios interioranos do Pará. Nesse sentido, Eládio Lobato⁶ e seu primo Alberone Lobato⁷, figuras políticas de importância na região da Amazônia Tocantina, especialmente em Igarapé-Miri, tiveram papéis relevantes para a estratégia da ditadura nesta porção da Amazônia. Eládio Lobato, em sua autobiografia “Trajetória da Minha Vida” (2006), sugere que tinha conhecimento sobre os acontecimentos que iriam se desencadear a partir de 31 de março de 1964. Ele relata que, reunindo-se na casa de Paulo Castro, de profissão ignorada, os deputados Ubaldo Corrêa, Gerson Peres, Antônio Amaral, Antônio Teixeira, Abel Figueiredo, Geraldo Palmeira e Dário Dias, além do articulador golpista, Jarbas Passarinho, aguardavam as orientações dos acontecimentos iniciados naquele dia (LOBATO, 2006, P. 28).

De ordens em mãos, o governador Aurélio do Carmo foi cassado e, rapidamente, em junho daquele ano, a Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) conduziu o militar Jarbas Passarinho ao governo do estado, tendo Eládio Lobato o apoiado para o pleito. Lobato considera os acontecimentos que interromperam a democracia no país como um ato revolucionário, indicando a sua afinidade com as movimentações. Apesar da adesão e a posição de anuência com a ditadura, em 1968, por conta do Ato Institucional nº 5, Lobato é afastado das atividades legislativas, junto de todos os então membros da ALEPA, o que o “decepcionou” com os rumos políticos assumidos pela ditadura. À expressão de seu descontentamento, referiu-se a este movimento da seguinte forma: “ficando assim, a (assembleia) do estado do Pará com as portas cerradas durante oito meses, como se nós também fossemos anti-revolucionários” (LOBATO, 2006, P. 38).

⁶ Escritor, industrial da cachaça (Igarapé-Miri) e membro do Partido Social Progressista (ELÁDIO, 2006).

⁷ Político de Igarapé-Miri. Vereador em 1958 e prefeito 1961 (MIRANDA LOBATO, 2008).

Apesar do descontentamento, Eládio Lobato em momento algum rompeu com a ditadura. Este personagem é importante por estar em uma proximidade quase umbilical com os setores golpistas no Pará e pelo fato de ser parte integrante de uma rede política muito bem estabelecida e amplamente utilizada para os interesses da ditadura na Amazônia paraense. Sua proximidade com Passarinho pode ter garantido capital político para que membros de seu grupo possam assumir cargos na administração ditatorial na porção da Amazônia Tocantina. Nossa tese é de que, aos serviços da ditadura, agentes políticos assumem funções chaves, como veremos, na estratégia de dominação de setores históricos da classe trabalhadora brasileira, como é o caso dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

A atuação de Alberone Lobato é significativa neste sentido. À época da eclosão da ditadura militar, ele era prefeito de Igarapé-Miri e, enquanto os golpistas promoviam uma verdadeira devassa política para com atores que minimamente não estavam alinhados à ditadura, Alberone permanecia ileso. Em sua autobiografia, ele tributa a sua permanência em termos cínicos: “A mudança de regime provocou muitas mudanças políticas no Estado. Vários municípios sofreram intervenção, prefeitos foram afastados. Fruto de uma administração séria, controlada, Igarapé-Miri nada sofreu” (MIRANDA LOBATO, 2008, P. 40).

Em 1966, Alberone deixa a prefeitura da cidade e reúne-se com o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, considerado por Alberone “um amigo” (op. Cit.). Desta reunião, sem trabalho, Alberone é “agraciado” e indicado para um cargo-chave para o sindicalismo rural. É nomeado por Passarinho como Delegado Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) instituída um ano antes do golpe, com jurisdição no Estado do Pará e no território federal do Amapá (OP. CIT., P. 67-69). A partir de 1966, portanto, ele aparece alinhado aos ditados da ditadura, cumprindo uma movimentação chave para os/as trabalhadores/as rurais do estado do Pará e do Amapá, imprimindo uma lógica e uma ação que servirá para os interesses da ditadura, especialmente no controle destas instituições e, conseqüentemente, tendo maior proximidade deste campesinato ribeirinho tantas vezes disputado⁸.

⁸ A partir da década de 1950, na região do salgado paraense, temos notícias das ações de camponeses organizados a partir da seção camponesa do PCB. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará, com atividades intensas entre 1954 e 1961. Está organização, em termos estatutários, vedava a participação de “latifundiários e herdeiros” do seu quadro social (GUERRA & MARIN, 1990, P. 47-49).

“Para que não sejam instrumentos de pequenos grupos [...] Que tem procurado [...] Agitar e tumultuar o processo de desenvolvimento do homem do campo”⁹: sindicalismo rural patricionado pela ditadura e os STTRS na Amazônia Paraense

Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), sancionado por Jango em 1963, as organizações camponesas promoveram uma verdadeira corrida para a obtenção da carta sindical tanto dos sindicatos de base, quanto das entidades superiores, como é o caso das FETRAGRI¹⁰ e a CONTAG¹¹. Organizações vinculadas ao PCB, Ligas Camponesas, Ação Popular¹², Grupos Católicos e independentes fundaram a CONTAG em dezembro de 1963. A CONTAG, portanto, é fruto das disputas pela hegemonia sindical dos trabalhadores rurais, especialmente os organizados em movimentos de esquerda, que desde décadas anteriores, buscavam desenvolver o trabalho político no campo. Apesar da diversidade de posições, a CONTAG nasceu como uma entidade comprometida com as questões da reforma agrária e da regulamentação do trabalho no campo, bem como da expansão do processo de sindicalização rural, ora previsto pelo ETR (MEDEIROS, 1989, P. 77-79).

No entanto, a ascensão da ditadura militar significou a derrocada do projeto inicial da CONTAG. Em 1964, a entidade sofreu intervenção ministerial e muitos de seus dirigentes foram levados aos porões da ditadura. As sedes das Ligas Camponesas, dos sindicatos e de outras organizações foram fechadas, suas lideranças perseguidas ou mortas (OP. CIT. P. 85)

Em terras paraenses, a formação da FETAGRI fora de responsabilidade do ex-prefeito do município de Igarapé-Miri, Alberone Lobato. Com a sua nomeação para Delegado Regional da CONTAG, o ex-prefeito tinha a missão de fundar a FETRAGI com jurisdição nos estados do Pará e Amapá. Para isto, dever-se-ia criar uma base sindical, ou seja, criar sindicatos no seu território de atuação, uma vez que o ETR previa a necessidade de base sindical, de atividades similares ou afins, para a formação do órgão estadual¹³. Apesar de ser o agente oficial da sindicalização da ditadura em terras paraenses, não foi uma tarefa fácil. Discursivamente, o objetivo de Lobato, segundo sua autobiografia, tinha a perspectiva de:

⁹ Trecho extraído do discurso de posse do então presidente da FETAGRI, Alberone Lobato em 1977. *In*. MIRANDA LOBATO, Suely Sininbú. Alberone Lobato: vida, trabalho e realizações, 2008, p. 71.

¹⁰ Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

¹¹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

¹² Organização dissidente da antiga Ação Católica Brasileira, de caráter autônomo da estrutura eclesial e com perspectiva socialista, que dirigia especialmente o Movimento de Educação de Base (MEDEIROS, 1989, P. 77).

¹³ Para mais informações, consultar o capítulo V, art. 131 do ETR. Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm

conscientizar os trabalhadores rurais para a necessidade de se organizarem nos sindicatos. Assim organizados, ressaltava, poderiam reivindicar seus direitos, ao mesmo tempo em que colaborariam com os órgãos públicos para o fortalecimento do compromisso de solidariedade social (MIRANDA LOBATO, 2008, p. 67)

Ainda que este fosse o discurso, o patronato paraense não olhou com bons olhos a sindicalização rural. A palavra sindicato poderia mobilizar elementos na mentalidade patronal que remetesse a ideias, ideais e ideologias potencialmente perigosas, de modo a expressar o “perigo vermelho”. Desse modo, as ações promovidas pelos setores sindicais urbanos e os movimentos sociais no campo, como a ULTAP, atemorizava o patronato paraense, uma vez que esta experiência histórica acumulada, tendo entidades sindicais como protagonista de diversas ações no campo e na cidade, permeava as mentalidades da classe proprietária. Segundo Alberone Lobato, “quando se falava em sindicato, pensava-se logo em comunismo” (OP. CIT. P. 67).

Para ajudar a desconstruir esta ideia, Alberone recorre a um poderoso aliado, cuja presença era bastante sólida e enraizada por toda a Amazônia: a Igreja católica. Alberone solicita uma audiência com uma das principais figuras da estrutura eclesial no Pará, Dom Alberto Gaudêncio Ramos. De acordo com Petit (2014), Ramos era “uma das principais lideranças morais e intelectuais dos setores conservadores paraenses” (PETIT, 2014, P. 199). A ação de Ramos¹⁴ não se restringia à sua relação com estes setores, mas, provocara intensas devassas e perseguições à grupos dissidentes, dessa moral conservadora, dentro da Igreja Católica, denunciando a “infiltração comunista” nos organismos da Igreja como a JUC, JEC e AP¹⁵ (OP. CIT. P. 199-201).

Ramos redigiu uma “carta de recomendação, dirigida aos padres de diversas localidades do interior” (MIRANDA LOBATO, 2008, P. 67), frisando a importância da sindicalização rural, bem como desanuviando quaisquer imperativos “comunistas” ou equivalentes, uma vez que Ramos era um histórico anticomunista, bem como Alberone era do bloco político que prematuramente estava a postos quando da eclosão do golpe, como vimos.

Munido do apoio conservador da Igreja, Alberone fundou o primeiro sindicato em terras paraenses. Em 1966, como esperado, iniciaram as primeiras articulações para a fundação do STR de Igarapé-Miri, terra natal de Alberone Lobato e base de suas relações políticas, especialmente com o patronato rural, em sua grande maioria composta por produtores de aguardente, produto que possui raízes desde ao menos o século XVIII nas várzeas do município

¹⁴ Para mais informações sobre as controvérsias do bispo paraense, ler: COIMBRA, Oswaldo. Dom Alberto Ramos mandou prender seus Padres. Belém: Editora Paka-Tatu, 2009.

¹⁵ Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Ação Popular, respectivamente.

(SANTIAGO, 2013; LOBATO, 2007). Com o objetivo de fundar o sindicato dos trabalhadores rurais de Igarapé-Miri, reuniram-se no dia 11/02/1968, às 16h:

nom (sic) prédio do Salão Paroquial, nesta cidade Estado do Pará, reuniram-se de livre vontade, com o fito especial de fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos termos da legislação e instruções em vigor, as pessoas físicas, cujo nome, idade, estado civil, categorias profissionais, constam na nominal, em número de cinquenta e três (53)¹⁶.

Tendo como diretor dos trabalhos o prefeito municipal Braulino Martins, sucessor e partidário de Alberone, realiza a leitura do edital de eleição para esta plateia que era composta de diversas categorias de trabalho – muitos doutores – representantes dos engenheiros¹⁷ de cachaça e religiosos. Desde o Inspetor da Alfandega do Pará, até o pároco da cidade o Padre Hermans, foram unânimes em defender a necessidade de criação do Sindicato dos Trabalhadores rurais no município, “para defender os interesses da categoria, usufruindo de direitos, assim como, submetendo-se aos deveres constantes da legislação sindical”¹⁸. Em Igarapé-Miri, no período, a principal produção era de aguardente. Especificamente a partir da segunda metade da década de 1950, até meados da década de 1970, esta produção assistiu uma alta demanda, fazendo que multiplicassem nas várzeas do município diversos engenhos de aguardente e, logicamente, uma maior área para a plantação da cana-de-açúcar (SANTIAGO, 2013).

Esta conjuntura de aumento da necessidade produtiva, para atender a um crescente mercado consumidor, pode ter sido um dos objetivos da preocupação com a sindicalização, uma vez que estas indústrias eram marcadas pelo trabalho em termos tradicionais (ANDERSON, 1993), mas, neste momento, os termos tradicionais podem ter sido corrompidos, gerando novas dinâmicas de trabalho e de “normas” estabelecidas, muito provavelmente gerando rugas e tensões entre os engenheiros e trabalhadores das várzeas e dos engenhos.

Como nos indica Thompson (1998), a ação de oposição a uma norma instituída, tacitamente alterada, que poderia se produzir a partir de “uma noção legitimadora” (THOMPSON, 1998, P. 152), compartilhada pela não observação da “justeza” entre os acordos estabelecidos consuetudinariamente e as novas realidades do trabalho. O aumento da produção,

¹⁶ ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI, 11/02/1968.

¹⁷ Os chamados ‘engenheiros’ eram proprietários de engenhos de fabrico de aguardente, que costumavam ter além do engenho, a propriedade privada da terra nas várzeas da região, além de outras atividades economicamente viáveis como olarias, comércios etc.

¹⁸ ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI, 11/02/1968.

com uma maior exploração da força de trabalho, pode ter estremecido e gerado preocupações nas várzeas produtoras de cachaça, daí a presença dos engenheiros no momento de fundação do STR de Igarapé-Miri, garantindo o seu controle e vinculação política dos sindicalistas à sua base de sustentação.

A partir das exposições dos presentes, deu-se a necessidade de se fundar ali, naquela reunião de doutos personagens, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, não sendo mencionado na documentação a presença de algum trabalhador rural. Para este intento, “elegeu-se” uma diretoria provisória tendo como “presidente: Orlando Henriques Vasconcelos; Secretário: Alberone Benedito Corrêa Lobato; Tesoureiro: João Germâncio de Sousa”¹⁹, gente de “moral ilibada e [que] atendem a as exigências da lei”. Discursivamente, podemos notar que esta “moral ilibada” seria a concordância irrestrita com os anseios da ditadura para este segmento do trabalho nestas paragens da Amazônia.

No entanto, para haver a fundação da FETAGRI, eram necessários outros sindicatos em outras regiões do Pará. Nesta ocasião, é interessante notar que Alberone Lobato se movimentava na direção de criar bases sindicais nas regiões onde já se tinham notícias de atividades associativas que potencialmente seriam “perigosas” para a classe proprietária, como na região do salgado paraense, de anterior base da ULTAP. Parte ele, então, para os municípios de Castanhal, Santa Izabel do Pará, São Domingos do Capim, Capanema e Abaetetuba (MIRANDA-LOBATO, 2008, P. 68).

O medo da subversão no campo é presente nas memórias de Lobato, chegando ele a afirmar que esta “missão” que lhe fora dada tinha por objetivo criar condições para os trabalhadores rurais não fossem manipulados por “pequenos grupos que, mascarando seus inconfessáveis propósitos, têm procurado, isto sim, agitar e tumultuar o processo de desenvolvimento do homem do campo” (op. Cit. 71). Partindo destas bases sindicais, ainda no ano de 1968, Alberone consegue, finalmente, fundar a FETAGRI, com jurisdição no estado do Pará e Amapá, reconhecida três dias após o início do processo pelo Ministério do Trabalho, de Jarbas Passarinho. A partir de então, a missão da FETAGRI não está comprometida com os interesses reais e materiais da classe trabalhadora do campo, mas, “o discurso do sindicalismo é apropriado oficialmente e as organizações passam a ter ação de apoio a política previdenciária do Governo. Fundar sindicatos e legalizá-los passa a ser uma prática da FETAGRI” (GUERRA & MARIN, 1990, P. 51).

¹⁹ ATA DE FUNDAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE IGARAPÉ-MIRI, 11/02/1968.

Sopesando o discurso de “defesa” do trabalhador rural, com a prática e a lógica sindical que se imprimira nas agremiações recentemente criadas, podemos observar que o objetivo, profundamente, era a dominação destes trabalhadores/as utilizando, para isto, a entidade sindical vinculada ao grupo político dominante. Nesse sentido, a lógica imprimida será a de desenvolvimento de práticas assistencialistas, como o fornecimento de serviços básicos como “assistência médica, odontológica, social e jurídica” (OP. CIT. P. 68). O comprometimento pessoal de Alberone Lobato, dos setores conservadores da Igreja Católica paraense e de sujeitos vinculados a propriedade privada dos meios de se produzir riquezas no vasto interior Amazônico, será utilizado para o controle da pauta destes trabalhadores/as, além de uma base política eleitoral importante para os interesses da ditadura, no Pará, como veremos no próximo tópico.

Práticas do sindicalismo rural em Igarapé-Miri/PA sob a batuta da Ditadura

Antes de entrarmos de fato para realizar análise sobre as ações do sindicalismo rural tutelado, é importante observar as condições reais e materiais de parte de sua base sindical localizada historicamente em Igarapé-Miri. Entre as primeiras décadas do século XX até os anos 1980, basicamente, a principal produção nas várzeas de Igarapé-Miri era a aguardente de cana-de-açúcar, popularmente conhecida como cachaça. Esta produção, estava permeada de uma série de relações de trabalho específicas, assentadas e ajustadas ao longo do tempo desde ao menos o século XVIII (ANDERSON, 1993; SANTIAGO, 2013; GARCIA 2011). Neste recorte, os anos de 1950-1970 são emblemáticos para a produção de aguardente, uma vez que fora observada uma alta na demanda pela cachaça de Igarapé-Miri no mercado consumidor, proporcionada, especialmente, pela difusão de barcos motorizados que alcançavam um arco de abrangência consideravelmente maior do que os antigos barcos a vela utilizados para o escoamento da produção, através da navegação de regatão²⁰ (ANDERSON, 1991).

Esta produção era baseada em uma lógica que chamamos de “relações de barracão”. Estas relações estão baseadas na dependência pessoal dos trabalhadores dos engenhos e das

²⁰ O comércio de regatão fora bastante difundido na Amazônia, sendo considerados de modo dúbio pela sua população, como sugere McGrath (1991). Estes comerciantes podiam ser observados comercializando toda sorte de produtos em quaisquer portos ribeirinhos em toda a Amazônia, desde o período colonial. Especificamente para o contexto que ora observamos, os regatões eram de fundamental importância para toda a lógica produtiva de produção da aguardente. Estes levavam a cachaça produzida em Igarapé-Miri, distribuindo nos centros consumidores, especialmente na baía do Marajó e nas regiões do baixo-amazonas, trazendo de lá produtos silvestres apreciados na Amazônia paraense (como, por exemplo, pirarucu, pele de animais silvestres e etc) e, até, produtos manufaturados (SANTIAGO, 2013; ANDERSON 1991).

várzeas canavieiras, dos produtos “ofertados” no barracão do engenho, na lógica do aviamento muito conhecido na Amazônia por conta do período da borracha²¹. Os trabalhadores dos espaços canavieiros, portanto, trocavam sua força de trabalho por um “saldo” que poderia ser retirado do barracão do engenho, aprofundando desse modo, a dependência deste com o engenheiro (ANDERSON, 1993). É nesses meandros que a tática de ação do sindicalismo rural assistencialista irá magistralmente ser inserida a partir da fundação do STR de Igarapé-Miri em 1968.

Politicamente, é perceptível, a presença dos engenheiros nas principais cadeiras do poder institucional no município de Igarapé-Miri. Corrêa (2003), ao estudar a presença política da família Leão na região, é bastante sugestivo acerca da presença dos engenheiros na política institucional: “os filhos do Capitão Deodato Prócopio Leão (...) foram vereadores por várias legislaturas (...). Destaca-se ainda que todos foram donos de engenhos e exerciam também outras atividades comerciais” (CORRÊA, 2003, p. 44-45). Alcides Sampaio, dono do engenho São Raimundo e Anilo Martins, dono do engenho Jari são outros exemplos neste sentido, também. O primeiro fora prefeito do município entre 1947-1951 (LOBATO, 2007, P. 131). O segundo fora vereador durante o mandato de prefeito de Sampaio (SANTIAGO, 2013, P. 134). Estas informações sugerem uma forte presença política dos engenheiros de cachaça e uma posição de dominação destes para com os eleitores.

Nessa rede política, insere-se o grupo em que Alberone Lobato fazia parte. Não por acaso, mas acompanhando uma tendência de ação sindical que não se encerra na Amazônia, o STR de Igarapé-Miri assume os contornos que definirão suas atividades até 1988, quando o sindicato será “tomado” por trabalhadores rurais, organizados em oposição sindical. Este grupo, implica uma lógica ao sindicato, baseada na reprodução da dinâmica compartilhada por entre os pátios industriais e várzeas canavieiras, assentada no clientelismo e assistencialismo atrelado ao grupo politicamente dominante, gerando forte dependência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para com os representantes do STR.

As benesses do sindicalismo atrelado ao grupo político de apoio à ditadura não se demoraram a se apresentar. Em jornal, cuja procedência não sabemos ao certo, mas, que está reunido na biografia²² de Alberone Lobato, este se vangloria da exitosa campanha sindical no

²¹ Para mais informações acerca deste tema, consultar: PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, v. 12, n. 1, p. 237-247, 2012.

²² A matéria é muito provavelmente da década de 1970, uma vez que na referida matéria consta que Alberone é então presidente da FETAGRI e este fora até o ano de 1977, quando se retira da entidade para assumir uma vez mais a prefeitura de Igarapé-Miri.

estado do Pará, tendo como objetivo “proteger e representar legalmente” os trabalhadores rurais do estado. Neste sentido, o sindicato estava alinhado com as ações do governo ditatorial, especialmente na “solidariedade de classe e de sua subordinação aos interesses nacionais [...] de sorte que esses órgãos reúnem os rurícolas, oferecendo-lhes condições mais dignas” (LOBATO, 2008, P. 76). Lembremo-nos que durante os anos de chumbo, a imprensa fora aparelhada ao aparelho repressivo do estado, devendo esta estar em acordo com os “amigos do progresso daquela região” (idem).

À revelia desta propaganda oficial do grupo político que dominava as entidades sindicais em Igarapé-Miri, percebe-se a importância dos sujeitos vinculados à materialidade do campo e à perspectiva sindical baseada nas discussões do chamado novo sindicalismo²³ e do trabalho desenvolvido pelas chamadas Oposições Sindicais advindas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Em relatos orais, é visível que o STR é utilizado como guarda-chuva eleitoral dos partidários da ARENA²⁴, arregimentando possíveis eleitores com práticas assistencialistas. Neste quesito, Alberone Lobato, cuja importância para a sindicalização rural já fora frisada, é visto como “um chefe político influente” e o STR “como se fosse uma ferramenta pra eleger os seus [...] as suas referências quem tava no sindicato era submisso ao político”²⁵. A prática parece se perpetuar como a tônica do trabalho da coordenação patrocinada por Lobato e seu grupo:

quando chegava nas vésperas da eleição eles vinham aqui pegava machado, terçado, enxada, cesta básica, rede, mas tudo era processo de quatro em quatro ano, processo político, era por causa disso, fora disso, eles o que eles mantinham sempre ai, era dentista, porque? Porque isso influenciava a galera, dentista, estava tirando sempre extraindo o dente da galera, porque, qual era a situação a população que mais sofria? Era o pessoal do interior, que menos se cuida, mais adoce, e principalmente essa questão da *dentição* era a priori mesmo (Raimundo Barreto de Moraes, entrevista concedida em 08/02/2018).

Era uma estratégia bastante peremptória, uma vez que os trabalhadores/as rurais tinham uma recorrente dívida com os engenheiros, por conta da retirada de objetos, alimentos e remédios do barracão, em troca do trabalho nas várzeas canavieiras e no pátio do engenho. Ao fornecer a partir do sindicato uma cesta básica, instrumentos de trabalho e toda sorte de

²³ O novo sindicalismo reúne práticas que se opõem radicalmente à prática sindical atrelado aos ditames da ditadura, buscando espaço político de representação orgânica e representando uma guinada popular da base sindical ao longo da década de 1980, com explosões significativas das greves em todo o Brasil. Para mais informações, consultar: ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo (1980); MEDEIROS, 1989;

²⁴ Aliança Renovadora Nacional, criado em 1966 para ser o corpo político de sustentação da ditadura militar. Sua dissolução aconteceu em 1979, quando do reestabelecimento do multipartidarismo

²⁵ Entrevista: Raimundo Barreto de Moraes, *seu Didi*, 65 anos, entrevista concedida em 08.02.2018.

assistência “médica”, o trabalhador/a se esquivava da potencial dívida do *avio*²⁶. Podemos indicar, com estes breves relatos, duas posturas do sindicalismo patrocinado pela ditadura em Igarapé-Miri: 1) o sindicato como lugar de acesso a elementos básicos da saúde, como dentista, oculista etc.; 2) em acordo com a periodicidade eleitoral, o sindicato tornava-se um provedor de elementos de necessidade básica, como instrumentos de trabalho, cesta básica etc., sem passar pelo barracão do engenho, criando com isso, atrelamento ao grupo político dominante.

Por fim, não temos condições de, categoricamente, condenar as práticas sindicais então estabelecidas a partir de 1968, justamente porque as referidas práticas estão inseridas em uma dinâmica sociocultural mais ampla, além da inegável precariedade da vida material na atividade cachaceira. No entanto, é notável observar que ao longo da década de 1970 as oposições de classe se acentuarão no seio do sistema produtivo que entra em franco desarranjo a partir de 1975. Nesse sentido, concordando com Thompson (1987), para quem “não podemos entender a classe a menos que vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico (THOMPSON, 1987, P. 12). Os “papéis” e as relações estabelecidas entre as classes sociais se estabelecem ao longo do tempo, ajustando-se a uma economia moral (THOMPSON, 1998) que será fatalmente alterada por conta da dinâmica produtiva declinante, no caso específico da atividade aguardenteira em Igarapé-Miri se apresenta a partir da segunda metade da década de 1970. Este cenário será de grande importância para a consolidação de uma crítica ao sindicalismo imposto, mobilizada pelas oposições sindicais.

Uma teologia da libertação: oposições sindicais e disputas político-religiosas na Amazônia Tocantina

A Igreja Católica na Amazônia, a partir da década de 1960, foi atingida pelas diversas orientações eclesiais dos concílios e conferências ocorridas na América Latina. No Brasil, a ação eclesial que resultará na Teologia da Libertação, deveria atuar em dois aspectos: na área econômica, observando que a origem da miséria é o sistema capitalista; já na área política, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil se posicionara contrariamente à ditadura militar, buscando o restabelecimento da ordem democrática, girando diversos militantes e padres leigos para a ação política (AZEVEDO, 2004, P. 109-112). Chamaremos, neste artigo, de Igreja Progressista a ação pastoral vinculada à Teologia da Libertação, no entanto não entendendo esta

²⁶ Quem solicita o aviamento de produtos de necessidade básica e retribui com um produto estabelecido de valor equivalente, no caso, a cana-de-açúcar, ou, trabalho.

ação como uniforme e unânime. A Igreja Católica também é cenário de disputa interna e, por vezes, pública (SOUZA, 2004). Em zonas em disputa, quando o bispo daquela área não concordava com as ações baseadas na Teologia da Libertação, a implementação das discussões dos concílios, acabavam sendo demasiadamente dificultada (MEDEIROS, 1989).

Nestes termos, o trabalho pastoral da Igreja Católica progressista passa a ser orientado por uma metodologia que, em termos grosseiros, pode ser reunida em três passos: 1) *ver*: levantamento da realidade onde o trabalho pastoral está inserido, em termos políticos, econômicos e sociais. Para o delineamento das diversas realidades, realizavam-se laboriosos levantamentos bibliográficos, dados estatísticos, pesquisas etc., muitas vezes utilizando, para isto, análises marxistas da realidade. 2) *Julgar*: constatados os problemas, dever-se-ia construir uma crítica da realidade social encontrada, utilizando sempre passagens bíblicas que fossem adequadas em termos ideológicos, à ação pastoral; 3) *Agir*: observada a realidade, julgadas as condições vislumbradas, a práxis militante da Teologia da Libertação ainda punha em prática a ação adequada para a superação deste quadro, quer seja na ação local, quer seja na ação coletiva. Divisão de tarefas, construção de estratégias e táticas, documentos e sugestões eram elaboradas a partir dessa síntese, compondo todo um plano de ação em que os agentes pastorais, leigos e eclesiais, agiam (MOREIRA, 2012, P. 39-41).

Um dos principais organismos Igreja Católica Progressista, especialmente para a ação em territórios como a Amazônia, foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada a partir do Encontro Pastoral das Igrejas na Amazônia Legal, em 1975. Neste contexto, é importante notar que o Brasil passava pelo processo de “modernização” dentro de uma conjuntura econômica de “crescimento” econômico do país. A modernização conservadora, acabou por aprofundar os conflitos agrários nos sertões amazônicos opondo latifundiários, grandes empreendimentos agroindustriais aos povos indígenas, trabalhadores/as rurais sem-terra, posseiros, quilombolas etc. (FAVARETO, 2006, P. 36). Estas zonas delicadas eram objeto de ação não tão somente da CPT, mas, também, das Comunidades Eclesiais de Base, outro organismo importante que discutiremos a seguir.

A atual Diocese de Cametá/PA²⁷, sede da então prelazia que tinha por jurisdição e espaço de atuação nos diversos municípios da Amazônia Tocantina, esteve bastante inserida nas dinâmicas e discussões da Teologia da Libertação. Por ocasião do Concílio Vaticano II,

²⁷ A diocese de Cametá surge a partir do desmembramento da Arquidiocese de Belém, em 2013. Entre 1952 e 2013, Cametá era a sede da Prelazia de Cametá, abrangendo os municípios de Baião, Oeiras, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Mocajuba, Novo Repartimento, Pacajá, Tucuruí e Breu Branco. **Fonte:** <https://diocesecameta.com.br/historia/>.

fora deslocado para a região um representante da Prelazia para acompanhar os trabalhos e discussões, acompanhado de perto por um bispo de origem holandesa chamado Dom Cornélio Veerman. Das quatro sessões da reunião, Veerman participou apenas de uma, “provavelmente por não concordar com o tipo de abordagem dada aos problemas sociais durante aquele concílio” (DE SOUZA, 2002, P. 106). Dificultada por conta da não concordância de Veerman, a Teologia da Libertação só seria posta em ação com a sua saída, em 1969.

Após Veerman, assume a direção da prelazia o Padre Henrique Riemslog, que inicia a construção de um plano pastoral baseado nas discussões e orientações dos concílios do Vaticano, Puebla e Medellín, visando a construção das CEB's na região: “A nova direção da Igreja Católica Romana em Cametá procedeu uma avaliação da ação pastoral, juntamente com um estudo da realidade econômica e social da Prelazia” (idem). Já observamos, nestas ações coordenadas por Padre Henrique, uma orientação mais próxima da metodologia sugerida nos concílios que constituirão a base da Teologia da Libertação, sugerindo uma maior proximidade com os mais pobres.

As CEB's na Amazônia Tocantina serão batizadas de Comunidades Cristãs (CC's) e amplamente difundidas pelo interior de abrangência da Prelazia de Cametá. A partir de 1969, portanto, observamos um esforço tanto de membros eclesiais quanto do chamado laicato buscando participar organicamente da vida das comunidades interioranas em diversos âmbitos, como “reuniões, semana catequética, conferências sobre os diversos temas importantes da realidade, orientação técnica, serviço de boa imprensa, movimento jovem etc” (ARNAUD ET. ALL, 2000, P. 30). Esta ação pastoral contribuiu significativamente para a construção dos movimentos sociais na região, uma vez que instrumentalizava e assessorava técnica e politicamente os grupos que se organizavam a partir das CEB's nas disputas por suas entidades de classe à exemplo das organizações em torno do sindicalismo rural e colônias de pescadores. Fruto deste intenso trabalho e do engajamento de amplos setores da sociedade baixo-tocantina, no ano de 1989, a prelazia de Cametá já tinha em torno de 500 Comunidades Cristãs (IDEM)²⁸.

No entanto, este processo levava um certo tempo até se constituir. Um importante instrumento nesta organização das CC's é o jornal editado pela própria Prelazia de Cametá, chamado de “Comunidade Cristã”, também chamado de “jornalzinho”, contendo informações acerca da atuação dos agentes pastorais em diversos lugares da prelazia, além de avisos de reuniões, articulações, orientações acerca da produção de culturas permanentes, especialmente

²⁸ Fonte: “Levantamento da realidade social e eclesial de Igarapé-Miri Pará, 15/04/1993”, arquivo da Diocese de Cametá.

direcionados aos trabalhadores rurais e ideias acerca do associativismo e cooperativismo que, segundo o jornal “é uma reunião de forças para alcançar um bem comum”²⁹. Muito provavelmente, esta ação era bastante adequada, uma vez que era amplamente difundida nas regiões da Amazônia Tocantina as relações de barracão, que fora discutida em parte anterior deste texto. A produção de culturas permanentes é a fuga, portanto, da dependência única e exclusiva do barracão, como os barracões dos engenhos de Igarapé-Miri, sendo está uma prática explorada pelas entidades de base vinculadas à teologia da libertação da Amazônia.

O desenvolvimento do trabalho pastoral nas Comunidades Cristãs em Igarapé-Miri pode ser observado nas páginas do *jornalzinho*. No volume 12 do referido jornal, é descrito o percurso da equipe de padres que acompanham esse trabalho de organização das CC's no município. Essas equipes, após passarem pelas localidades de *Felipequara*, *Belos Prazeres* e *Furo Seco*, possuíam perspectivas demasiadamente otimistas acerca deste trabalho: “Igarapé-Miri deu uma boa impressão, portanto, podemos esperar que vamos ter ai muitas boas equipes”³⁰. Em relatórios endereçados à equipe central da Prelazia, este cenário de crescimento das CC's em Igarapé-Miri também reunia dados acerca da localização geográfica das entidades de base, número de membros, reuniões, além de diversas perspectivas e projeções para os próximos anos. Já em 1974, existiam pelos interiores de Igarapé-Miri, 10 CC's, variando em relação a sua estrutura³¹.

É emblemático, no sentido de construção das CC's para além do religioso, a CC *Mamangalzinho*, localizada em uma região de intensa presença de engenhos de aguardente. Em 1974, esta CC contava com um tímido processo organizativo. Já no ano seguinte, já possuía seis pessoas com a responsabilidade de construção da comunidade de base, desenvolvendo atividades diversas, como “1) roçado comunitário 2) Lâmpada a gás 3) Jogo de bingo 4) Vacinação”. A projeção desta CC para o ano de 1976 consiste na “1) Compra: Eletrola e discos, 2) Ligar: Sindicato e Comunidade 3) Biblioteca 4) Pimental Comunitário”³². Já em 1975, Igarapé-Miri contava com 14 CC's, aumentando exponencialmente nos próximos anos. Recorrentemente, uma das tarefas a serem desenvolvidas pelas CC's, como no caso de *Mamangalzinho*, era a aproximação da Comunidade com o Sindicato, no caso, do STR.

É interessante notar que em quase todos os municípios que houve essa atividade de organização das CC's, utilizando-se das metodologias da Teologia da Libertação, surgiram

²⁹ *Cooperativismo*, Jornal Comunidade Cristã, n° 12, p. 2, 12/1970. Arquivo da Diocese de Cametá.

³⁰ *Igarapé Miri*, Jornal Comunidade Cristã, n° 12, p. 1, 12/1970. Arquivo da Diocese de Cametá.

³¹ Relatórios das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cametá do Ano de 1974. Arquivo da Diocese de Cametá.

³² Relatórios das Comunidades Cristãs da Prelazia de Cametá do Ano de 1975. Arquivo da Diocese de Cametá.

oposições sindicais com o objetivo de “tomar” as entidades sindicais do controle dos sujeitos vinculados à prática assistencialista e eleitoreira que povoou as entidades no pós-1964. Nesse sentido, os membros seculares do trabalho pastoral, não raro, tornavam-se figuras que organizavam estes segmentos de trabalhadores/as na busca da retomada sindical, indicando uma necessidade reflexiva de ação para a posterior construção da oposição sindical. No caso específico do segmento de trabalhadores rurais, estes encontros eram debatidos em bases comunitárias e em reuniões ampliadas, como é o caso do *Encontro do Anilzinho*³³, com o objetivo de construção de uma tática de disputa regionalizada, com o objetivo de construir as oposições sindicais e transformar as práticas sindicais até então estabelecidas de modo articulado regionalmente. Além disso, como forma de fragmentar o poder e a dominação econômica do patronato, instituíram-se as Cantinas Comunitárias³⁴.

Nesta conjuntura, o STR de Igarapé-Miri estava nas mãos dos chamados “pelegos”, a serviço de grupos hegemônicos que buscavam consolidar a base sindical como base eleitoral, além de esvaziar o sentido político da entidade como um instrumento de reivindicação, uma vez que estes grupos que coordenavam o sindicato estavam atrelados à sustentação da ARENA a nível local e estadual. Não demorar-se-ia para que estes grupos se sentissem ameaçados pela atuação pastoral da Igreja Católica Progressista, e lançassem mão de diversas ações com o objetivo de criticar este trabalho pastoral nas CC’s da Prelazia de Cametá.

O primeiro passo foi desacreditar a atuação dos Padres que dirigiam a Paróquia de Igarapé-Miri uma vez que os setores dominantes e conservadores da sociedade Igarapé-Miriense também eram cristãos católicos. Nos arquivos da Diocese de Cametá, encontra-se um panfleto incendiário dirigindo duras críticas aos padres de Igarapé-Miri, arquivado em 1978. Este panfleto, não possui autoria e presume-se que este tenha sido espalhado pelas ruas da cidade de Igarapé-Miri, como não raro ainda acontece em períodos eleitorais no município, marcando emblematicamente as disputas.

Com o título “CUIDADO COM ELES!”, em letras garrafais, o panfleto direciona os seus ataques especialmente aos padres holandeses que dirigem a paróquia de Igarapé-Miri, salientando que estes clérigos seriam “COMUNISTAS, isto é, SUBVERSÍVOS”. O texto afirma que em todas as missas, especialmente nas de domingo, os padres “falavam

³³ Sobre este tema, ver: SILVA, Adriane dos Prazeres et al. O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: A Lei dos Posseiros (1961-1981). 2016.

³⁴ Eram vinculadas às CC’s e se caracterizava como uma alternativa à dominação econômica dos barracões e mercearias de propriedade de patrões e comerciantes abastados nas regiões do baixo-tocantins. A venda era feita “em pequenas quantidades, conforme a possibilidade do pobre. O patrão vende só o que dá lucro”. Fonte: Depoimentos sobre a Cantina”, *Jornal Comunidade Cristã*, Prelazia de Cametá do Tocantins, p. 3, nº 4, 1979.

hostensivamente (sic) do regime democrático brasileiro na pessoa do eminente presidente da república João Figueiredo”. As acusações vão além, sugerindo que estes clérigos querem implantar no município a “violência, subversão, a discórdia”, além de viverem de modo fidalgo, esbanjando e ostentando com a arrecadação da paróquia, enquanto “o nosso caboclo do interior e da cidade vive primariamente, se alimentando de mapará, com habitação das piores possíveis”³⁵.

Críticas bastante contundentes acerca do suposto comunismo e fidalguia dos padres que gestavam a paróquia de Igarapé-Miri. A Igreja Católica Progressista, organizada a partir da Teologia da Libertação observaria entraves dentro de sua comunidade. Este manifesto, muito embora sem assinatura, sugere a correspondência de determinado grupo da sociedade, especialmente aqueles que buscam sustentar ou legitimar o “regime democrático” a nível nacional. Não seria de se estranhar, no entanto, que estes combates acerca do trabalho pastoral da Igreja comprometida com os movimentos de base aconteceriam, uma vez que, como vimos ao longo deste texto, setores vinculados aos grupos hegemônicos, quando tiveram oportunidades, utilizaram da Igreja Católica como retaguarda de ação, vide o exemplo da recomendação de D. Alberto Ramos à sindicalização rural direcionada ao patronato. Por fim, estes embates se aprofundarão ao longo da década de 1980, com debandadas e reviravoltas interessantes.

Nos combates pela religião, temos episódios significativos. É atribuído a Gerson Peres³⁶ a chegada de uma nova forma de catolicismo em Cametá e na região da Amazônia Tocantina, para disputar a base católica, uma vez que a Prelazia de Cametá era comprometida com as ações de base da Teologia da Libertação. Dessa forma, desembarcam na região a congregação cristã “Igreja Católica Brasileira”, criada em 1945 por Dom Carlos Duarte após a sua excomunhão da Igreja Católica. Com o lema “Deus, Terra e Liberdade”, fora instalada na cidade de Cametá durante a década de 1970, provavelmente, como uma resposta à ação das CC’s na região, disputando a hegemonia da base católica.

A chegada de Dom Eduardo Mota, conhecido como “Barbudinho”, era vista pelos dirigentes da Igreja Católica como “mais um problema”³⁷ para a Igreja Católica Progressista e para a ação das CC’s. O Barbudinho, segundo matéria do Diário, seria um preposto de Gerson

³⁵ “CUIDADO COM ELES!”, 1978. Arquivo da Diocese de Cametá.

³⁶ Membro de uma das famílias politicamente dominante em Cametá, fora por diversos mandatos deputado estadual e federal, além de vice-governador do estado do Pará. É corriqueiramente associado ao grupo de sustentação política da ditadura na Amazônia.

³⁷ Carta para Dom José Elias Chaves enviada pelo Padre Geraldo Franco, 22/12/1986. Acervo da Diocese de Cametá.

Peres com a função de desencadear uma debandada de fiéis da Igreja, que abertamente se posicionava contrária a ação de Gerson Peres, especialmente nas disputas sindicais do STR de Cametá. Ainda segundo o jornal, Barbudinho “só faz o que o PDS determina, fazendo campanha para o partido do governo”³⁸. Por ocasião da presença do Bispo “Fajuta”, os padres Geraldo Franco e Bernardo Gales encaminham notificação circular endereçada a todas as CC’s, alertando sobre a presença e as ações do preposto do PDS, contendo duras acusações contra Barbudinho que iam de casamentos inválidos aos olhos da igreja católica, casar várias vezes pessoas já casadas e de “batizar até cachorros e gatos”³⁹. A circular ainda demonstrava a preocupação dos padres com a presença de Barbudinho e sua intensa presença como retaguarda dos setores conservadores e de sustentação da ditadura na região: “Outras pessoas os procuram para fugir de nossas reuniões, de nossos encontros bíblicos e de um compromisso mais sério para com o Evangelho de Jesus Cristo e com seu povo oprimido”⁴⁰.

Estas reuniões, como sabemos, eram realizadas com o objetivo de construir a ação em diversos âmbitos da sociedade, buscando um enfrentamento às desigualdades observadas a partir da avaliação da realidade da metodologia ver-agir-julgar. Nesse sentido, a “fuga”, mencionada na circular, pode ser uma tentativa de conservação da estrutura social, e de seus aparelhos de dominação à exemplo do STR, perpetuando o grupo dominante no poder. No entanto, as posições de padres também podem ser lidas como controversas, em alguns momentos. Geraldo Franco, que havia “atravessado” o espectro político para a direita, criando dificuldades severas para os animadores de comunidade, leigos vinculados à ação nas CC’s e na sua tentativa de “ligação” da CC com o sindicalismo. Benoca⁴¹, importante figura política de Igarapé-Miri, dizia que “Padre Franco, ele nos deu trabalho. Ele nos deu, no auge do movimento. Ele se *bandiou* pra direita, prefeito, governador, sabe, eu sofri muita retaliação, eu, a minha pessoa sofreu muita retaliação. Pina sofreu muita retaliação. Manoel Luís^{42,43}”.

³⁸ “Coveiro introduz bispo fajuta em Cametá”. Diário do Pará, 01/07/1984, p. 4.

³⁹ Carta. Dom José Elias Chaves a Padre Geraldo Franco, 22/12/1986. Acervo da Diocese de Cametá.

⁴⁰ Esclarecimento aos paroquianos de Igarapé-Miri da Paróquia de Santana, 25/12/1986 (assinado pelos padres Geraldo Franco e Bernardo Gales). Acervo da Diocese de Cametá.

⁴¹ Benedita dos Santos Miranda foi militante do movimento sindical dos professores e professoras do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (SINTEPP), dos movimentos populares e militante da cultura. Foi, também, uma das primeiras mulheres eleitas para o legislativo de Igarapé-Miri e fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT) na região. Faleceu no ano de 2024.

⁴² Pina é atualmente prefeito de Igarapé-Miri pelo terceiro mandato consecutivo, ativo animador de Comunidades, sua iniciação política fora através das CC, fundador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT na região. Manoel Luís, trabalhador rural que fora o primeiro sindicalista orgânico após a tomada do STR dos “pelegos” em 1988, também vinculado ao quadro orgânico das CC’s.

⁴³ Benedita dos Santos Miranda, entrevistada em 24/07/2018. Acervo Pessoal de pesquisa.

Muito embora houvesse estas disputas internas na Igreja Católica, o movimento desencadeado a partir de 1969 com a construção das CC's, das Cantinas Comunitárias, reuniões de aproximação dos lavradores das CC's e do STR, os encontros do Anilzinho, ao que parece, extrapolara o controle dos clérigos, tendo um maior protagonismo, a partir da década de 1980, dos membros leigos. Em relação ao STR, este trabalho desenvolvido de aproximação das CC's com os lavradores, possibilitou o surgimento da Oposição Sindical que tinha por objetivo disputar as eleições do STR para “tomar” o sindicato dos “pelegos”, que imprimiam uma dinâmica assistencialista e eleitoreira com os grupos da antiga ARENA, como o PDS e outras siglas povoadas pelo patronato e pela elite política desta porção da Amazônia paraense.

Ao longo da década de 1980, as oposições sindicais seriam organizadas a partir da criação das Delegacias Sindicais, em áreas onde já havia o trabalho de “aproximação” das CC's com o sindicato, além da introdução massiva de trabalhadoras rurais nas organizações de oposição sindical. Até então, as mulheres eram descritas nas fichas de filiação como dependente do marido, não podendo se filiar ao sindicato, portanto. A articulação para forçar a legalidade da sindicalização feminina viera após a avaliação das eleições sindicais de 1983, quando a Oposição Sindical perdeu para a situação. Segundo Benoca, “houve a compreensão de que pra poder avançar na luta, pra retomada sindical, era necessário filiar [...] aí as mulheres vieram na perspectiva de fortalecer, garantir, ganhar o sindicato”⁴⁴. Como fruto da metodologia da Teologia da Libertação, estes trabalhadores/as vinculados à oposição sindical buscavam respaldo bíblico para necessidade das mulheres no sindicato. No relatório do III Encontro de Mulheres, em 1984, esta necessidade era frisada: “Vimos que Judite foi uma mulher de muita fé e coragem e que lutou pelo seu povo. E que nós mulheres devemos seguir o seu exemplo lutando ao lado de nossos maridos para conseguirmos nossa libertação”⁴⁵.

Em 1986 houve outra tentativa, porém, apesar de ter criado melhores condições, onde “se estratejou melhor, mas ainda perdeu”⁴⁶, “nós perdemo pro patrão, como diz a história né”⁴⁷. No entanto, a Oposição Sindical continuara na sua tarefa de criação de Delegacias Sindicais nas áreas das CC's, além de criticar a decadência e a falta de assistências promovidas pelo declínio da produção da cachaça em Igarapé-Miri, mobilizando os antigos trabalhadores destas atividades agroindustriais. Em 1988, após intensas articulações, organizou-se novamente uma chapa de oposição sindical nomeada de “CHAPA II: DA UNIÃO DOS TRABALHADORES,

⁴⁴ (Benedita Carvalho Gonçalves, entrevistada em 03/09/2018, acervo pessoal de pesquisa

⁴⁵ Relatório do III Encontro de Mulheres, Cametá. 02/02/1984, p. 4. Acervo da Diocese de Cametá.

⁴⁶ Raimundo Barreto de Moraes, entrevistado em 08/02/2018. Acervo pessoal.

⁴⁷ João Serrão de Miranda, entrevistado em 26/02/2018. Acervo Pessoal.

É QUE VIRÁ A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL”⁴⁸, desta vez, saindo vitoriosa e compondo, pela primeira vez, a coordenação sindical de sujeitos que eram trabalhadores rurais, de fato.

A partir deste momento, a prática sindical fora marcada por uma intensa oposição às práticas sindicais assistencialistas do período entre 1968-1988, uma vez que este trabalho era tributário da dinâmica de crítica da realidade e da construção de um plano de ação para a superação desta realidade, iniciada em 1969, pelas CC's. Portanto, é inegável que, à revelia das posições dominantes da Igreja Católica que sustentaram e endossaram a ditadura militar em 1964, a Igreja Católica Progressista, vinculada à Teologia da Libertação, proporcionou condições políticas para a conscientização e tomada sindical, muito embora não sem rugas internas e com outras denominações religiosas mobilizadas pelos descontentes setores católicos vinculados à ditadura.

CONCLUSÃO

A historiografia das movimentações que produziram o golpe que instaurou a ditadura militar em abril de 1964 no Brasil, ainda são demasiadamente turvas quando se observa a discussão historiográfica na Amazônia, apesar de já haver, em certo sentido, uma construção narrativa que busca localizar os interesses de grupos e personagens da Amazônia dentro da conjuntura mais ampla do golpismo brasileiro, como sugerem os estudos de Fontes (2014) e Petit (2014). Esta construção narrativa busca introduzir novas abordagens acerca da ditadura na Amazônia, uma vez que o lugar comum onde se localiza a Amazônia no contexto ditatorial é apenas o dos grandes projetos produzidos e pensados de modo bonapartista e implementados nos sertões, rios e ribeiras da Amazônia, à exemplo da transamazônica (e a política de colonização e segurança nacional) e do megalomaniaco projeto da hidrelétrica de Tucuruí, à exceção dessa observação historiográfica, é a presença de uma preocupação histórica com a Guerrilha do Araguaia.

Este texto pretendeu, portanto, contribuir minimamente para a historiografia da Amazônia no período ditatorial, uma vez que localiza historicamente interesses e sujeitos que se organizam e agem localmente, articulados com interesses do estado na busca pelo controle de instituições historicamente vinculadas às esquerdas. O sindicalismo rural instituído a partir da ação de grupos políticos aliados aos interesses da ditadura é um signo das muitas preocupações do governo brasileiro pós-1964 em relação à Amazônia.

⁴⁸ Folder: Eleições no Sindicato de Ig. Miri, 1988. Acervo da Diocese de Cametá.

Analisando a trajetória, ação e relações políticas de Alberone Lobato, é possível de se construir uma narrativa historiográfica nova, uma vez que o sindicalismo rural na Amazônia paraense era uma tarefa delegada pelo próprio Jarbas Passarinho a este personagem, indicando uma preocupação com este segmento tantas vezes disputado no campo paraense. Assim, a fundação FETAGRI em 1968 indica o êxito da ação de tentativa de controle do estado sobre a atividade sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais expostos às novas políticas pensadas pela cúpula militar para Amazônia. No entanto, esta tarefa, como indicado no texto, não é um apenas fruto da ação de Lobato, uma vez que este fora auxiliado por membros da Igreja Católica, vinculados (em algum grau) à ditadura, e ao patronato rural. Esta unidade na ação indica que os setores conservadores da sociedade paraense e o patronato rural buscava a ação da construção sindical sob o controle do estado, produzindo uma atividade sindical pautada na despolitização e no assistencialismo clientelista, exercida por agentes e sujeitos vinculados a estes setores interessados na sindicalização rural. Nestes termos, talvez se pudesse se dormir despreocupado com o “perigo vermelho” na Amazônia.

Neste sentido, ao longo da construção do sindicalismo na Amazônia, analisamos a construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri e a sua trajetória e ação sindical pautada no assistencialismo e no bolsão eleitoreiro. Nestes meandros, a construção da Teologia da Libertação na região e de suas unidades básicas, chamadas de Comunidades Cristãs, são compreendidas como uma política de enfrentamento ao assistencialismo proselitista e despolitizado, com a ampla atuação de setores “progressistas” de alguns membros vinculados à estrutura eclesial e, principalmente, de agentes laicos girados para a tarefa de construção de uma nova perspectiva de compreensão sindical. No entanto, este movimento não fora amplamente aceito pelos membros da Igreja e dos frequentadores da Igreja Católica no município e na região, uma vez que a direita também é cristã e disputava os cristãos, indicando que esta entidade também fora objeto de disputa pelos setores conservadores vinculados à ditadura e a ação pastoral “progressista”.

Finalmente, conclui-se que apesar do esforço da ditadura militar na organização e controle das entidades sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Pará, em geral, e em Igarapé-Miri e na região baixo-tocantina, em específico, as disputas políticas acerca do papel da entidade sindical faziam parte de um contexto mais amplo de fragilização política da Ditadura e do seu grupo de sustentação na Amazônia, mas, também, podem ser entendidas como uma disputa cuja principal contenda se dava também em termos religiosos, fornecendo novas compreensões acerca deste período na Amazônia, seus personagens e, por fim, as ações

e mobilizações na disputa do sindicalismo rural que extrapolavam a seara exclusiva da disputa política para se tornar uma disputa político-religiosa na Amazônia Tocantina.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos avançados**, v. 24, p. 291-298, 2010.

ANDERSON, Scott Douglas. Engenhos na várzea: uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. 1991.

ANDERSON, Scott Douglas. **Cana-de-açúcar na planície de inundação: Uma abordagem sistêmica para o estudo das mudanças na Amazônia tradicional**. Tese de Doutorado. A Universidade de Chicago, 1993.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 109-120, 2004.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. “Leões do Norte”: elite política em Igarapé-Miri. Trabalho de Conclusão de Curso, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Colegiado de Ciências Sociais. 2003.

DA SILVA MOREIRA, Alberto. Contribuições da Teologia da Libertação para os movimentos sociais. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 10, n. 2, p. 37-55, 2012.

DE SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. NAEA, 2002.

Dejane Maria Machado Arnaud, Maria do Socorro Dias Pinheiro, Marivaldo Prazeres de Araújo. Os movimentos sociais em Cametá: um resgate e suas experiências educativas e formação política”, Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação, Campus Universitário do Tocantins Cametá, UFPA, 2000.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores. **Os trinta anos de novo sindicalismo rural no Brasil**, RBGS, vol. 62, 2006.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. Civilização Brasileira, 2003

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In. FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Civilização Brasileira, 2003.

FONTES, Edilza Joana. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: Imprensa e memórias. DOI10.5216/o.v14i1.28641. **OPIS**, v. 14, n. 1, p. 340-360, 2014.

GARCIA, Graça Lobato. Memória dos Engenhos do Baixo-tocantins. 2011.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v. 1, p. 117-137, 2009.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais—o caso do Pará. **Cadernos do CEAS (Salvador)**, n. 126, 1990.

LOBATO, Eladio. Caminho de canoa pequena: história do município de Igarapé-Miri. 2007.

_____ Trajetória de Minha Vida. Belém, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos movimentos sociais no campo. **Rio de Janeiro: FASE**, 1989.

MIRANDA LOBATO, Suely S. Alberone Lobato: Vida, Trabalho e Realizações, Belém, 2008.

NAHUM, Nattan de Castro. “Da união dos trabalhadores é que virá a transformação social”: do velho ao novo no sindicalismo de Igarapé-Miri/PA (1968-1988), Universidade Federal do Pará, Cametá, 2018.

PETIT, Pere. O golpe militar e o partido dos militares (Arena) no estado do Pará. 2014.

_____ **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Editora Paka-Tatu, 2003.

SANTIAGO, J. Igarapé-Miri: a verdadeira terra da cachaça. Belém, FCPTN, 2013.

SILVA, Adriane dos Prazeres. O Vale do Tocantins e a Lei Anilzinho: a Lei dos Posseiros (1961-1981), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém 2016.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. As várias faces da Igreja Católica. **Estudos avançados** , v. 18, p. 77-95, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____ Costumes em comum. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.